

PNAD

A passos lentos

Pnad mostra aumento na graduação, principalmente de negros e pardos, mas longe das metas de inclusão

Priscilla Leite

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro, antecipou algumas boas notícias que devem ser confirmadas pelo Censo da Educação Superior a ser divulgado pelo MEC antes do final do ano. Em 2009, o ensino superior chegou a 6,4 milhões de matrículas, quase o triplo do que se registrava há dez anos, 2,3 milhões.

A quantidade de brasileiros formados também aumentou. Em 2009, quase 12 milhões de pessoas possuíam diploma universitário no Brasil. A proporção das pessoas com mais de 25 anos que têm diploma de ensino superior no país aumentou 2,5 pontos percentuais de 2004 para 2009, passando de 8,1% para 10,6% da população. Porém, grande parte da população de 18 a 24 anos, que deveria estar no ensino superior, ainda está fora das instituições. Dos 23 milhões de pessoas nessa faixa etária, somente 14,5% estão matriculadas em cursos de graduação ou pós. O dado mostra avanço sobre os 12,7% registrados até então, mas ainda está aquém da meta do Plano Nacional da Educação (PNE) de incluir 30% dessa população na graduação.

Segundo a análise feita pelo IBGE dos dados da Pnad, publicada na Síntese de Indicadores Sociais, a formação da juventude brasileira é preocupante. Ape-

nas 53% dos jovens terminam o ensino médio até os 24 anos.

As desigualdades regionais também são marcantes: no Sudeste, 44% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos alcançaram 11 anos de estudo, pelo menos. Na região Nordeste, a taxa era de 31,8% em 2009. De acordo com o IBGE, a população brasileira ainda não investe, como ocorre em outros países, na continuidade dos estudos. Entre os países participantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), pessoas na faixa etária de 25 a 64 anos possuem, em média, mais de dez de anos de estudos completos, com exceção de Portugal, México e Turquia (8,5; 8,8; e 9,6, respectivamente). No Brasil, a média da população com mais de 25 anos de idade é de 7,1 anos de estudo.

Reynaldo Fernandes, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE), diz que a quantidade de estudantes no ensino superior aumentou muito, mas acredita que o país ainda está longe de incluir todos os brasileiros aptos a estarem nessa etapa educacional. A boa notícia, segundo ele, é o crescimento de estudantes pardos e negros nas universida-

des. "Esse para mim é um dos pontos mais interessantes e surpreendentes dessa Pnad. É claro que a expansão das matrículas naturalmente colocará mais negros e pardos no ensino superior. Mas não podemos negar que houve muitos movimentos a favor de ações afirmativas nos últimos anos que, com certeza, impactaram nesse crescimento", analisa.

A diferença entre brancos, pardos e pretos no ensino superior ainda é grande. Enquanto dois terços da população jovem branca (62,6%) frequenta as universidades e faculdades do país, apenas um terço dos pretos e pardos estão na mesma situação. Nos últimos dez anos, porém, essas minorias cresceram mais, proporcionalmente, do que os brancos. Em 1999, apenas 7,5% dos estudantes pretos de 18 a 24 anos de idade estavam matriculados em cursos de graduação ou pós no Brasil. Hoje, são 28,2%. Os pardos também eram pouco representados no ensino superior: 8% em 1999. E saltaram para 31,8% em 2009.

Em números absolutos, o aumento da participação das minorias nas universidades impressiona ainda mais. Havia 950 mil estudantes pardos formados no Brasil em 2002. Em 2009, 2,5 milhões de jovens pardos haviam concluído a graduação (cerca de 164% a mais). A análise do pesquisador Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), revela

ainda que a quantidade de diplomados declarados pretos triplicou. Em 2002, eles eram 159 mil e, em 2009, 428 mil.

"De um ano para outro, as mudanças observadas nos números são muito pequenas. É importante analisar períodos históricos para compreender o que está acontecendo", ressalta Schwartzman, que foi presidente do IBGE entre 1994 e 1998. "A educação superior brasileira cresceu muito e deu acesso a pessoas de grupos sociais menos favorecidos. Uma parte importante desse crescimento se deu na área educacional, por professores da educação básica que já estavam trabalhando e buscaram formação para ter melhores salários", ressalta.

Além da expansão das minorias no ensino superior, o pesquisador chama a atenção para outro fenômeno mostrado pela Pnad. "Entre 2002 e 2009, as diferenças de renda em função da formação diminuíram um pouco.

Quem tem diploma de ensino superior ganha 193% a mais do que a média. A vantagem salarial dos graduados em relação aos que possuem apenas o ensino médio completo caiu de três vezes em 2002 para 2,8 vezes em 2009", comenta Schwartzman.

Na análise do pesquisador, a queda de salários entre os empregados que possuem apenas o certificado de conclusão da educação básica e os diplomados no ensino superior é reflexo da expansão de cursos com má qualidade no país. Ele aponta a criação de inúmeros cursos de graduação de "fácil acesso e pouca exigência" oferecido aos profissionais que querem um diploma apenas para que o título lhe renda um aumento salarial. Profissionais menos preparados, mas formados, levam o mercado a pagar salários menores.

A rede privada foi responsável, em 2009, por 76,6% das vagas oferecidas na educação superior. Na região metropolitana de São Paulo, esse percentual chega a 90,9% do total. As universidades públicas têm 1,5 milhão de alunos, enquanto as particulares atendem a 4,9 milhões de estudantes. A maioria dos universitários com melhor renda está na rede privada. Entre os 20% mais ricos, o percentual é de que 53,3% desses brasileiros estudam em instituições particulares.

"Há hoje um segmento pequeno, mas crescente, de instituições privadas de extrema qualidade, em áreas específicas como economia e administração, que atrai o estudante de renda mais alta por causa das condições. A desorganização da rede pública, que inclui greves e falta de professores, tem desanimado esses alunos", diz o ex-presidente do IBGE.

Anúncio